

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA PESCA ARTESANAL: A CONSTRUÇÃO DE DEMANDAS PRIORITÁRIAS DE PESCADORES ARTESANAIS EM MUNICÍPIOS DA BACIA DE CAMPOS (RJ)

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda¹

Carmem Imaculada de Brito Leal²

Laís da Silva Almeida³

Ana Lúcia Mussi de Carvalho Campinho⁴

Resumo: Ao longo de 2020, mobilizados pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, pescadores artesanais da Bacia de Campos confeccionaram, por meio de reuniões virtuais, cartas com demandas do grupo a serem encaminhadas aos candidatos das eleições municipais. Este artigo tem como objetivo analisar o processo de escolha das demandas prioritárias elencadas pelos pescadores artesanais. A metodologia utilizada pautou-se na análise de documentos desenvolvidos e na observação participante durante as reuniões. Como resultado, observamos o protagonismo coletivo dos pescadores na busca da configuração de um grupo de pressão importante na conformação de políticas públicas mais efetivas e específicas a suas necessidades.

Palavras-chave: Pesca artesanal, Participação, Educação Ambiental.

Abstract: Throughout 2020, encouraged by the Pescarte Environmental Education Project (PEA, acronym in Portuguese), artisanal fishermen from the Campos Basin held virtual meetings to prepare letters setting out the group's demands and needs to be sent to candidates in the municipal elections. In this sense, this article analyses the process of choosing the priority demands listed by artisanal fishermen. The methodology used for this work was based on the analysis of the documents developed and the participant observation during the meetings. As a result, we observed the collective role of the fishermen in the search for the formation of a group with significant pressure to shape public policies that are more effective and specific to their needs.

Keywords: Artisanal Fishing; Participation; Environmental Education.

¹ Universidade Cândido Mendes. E-mail: serpanogueira@gmail.com,
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2002277124550441>

² Universidade Estadual do Norte Fluminense. E-mail: carmemibal@gmail.com
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8662135103002801>

³ Universidade Federal Fluminense. E-mail: lais_almeida@id.uff.br
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7331384732283501>

⁴ Instituto Federal Fluminense. E-mail: almcampinho@gmail.com
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6019127895204426>

Introdução

Os desafios da pesca artesanal na Bacia de Campos se apresentam em diversas dimensões, entre elas: a disputa espacial com outras bases produtivas, decorrentes da atividade petrolífera e portuária; as dificuldades de acesso à renda e, especialmente, a políticas públicas direcionadas ao setor. Neste contexto, o presente artigo visa relatar o processo de mobilização desenvolvido pelos pescadores artesanais para a definição de demandas prioritárias apresentadas aos candidatos que disputaram as eleições municipais em 2020.

O estudo objetiva também apresentar e discutir as principais demandas apontadas por tais pescadores em cartas elaboradas em seis dos dez municípios que compreendem a área de atuação do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, a saber: São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Macaé e Cabo Frio.

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo PEA Pescarte⁵, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Executado por equipe técnica multidisciplinar vinculada à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e financiado pela Petrobras, o projeto teve início em 2014 e, atualmente, encontra-se em execução seu terceiro plano de trabalho, o qual abrange dez municípios, a saber: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Rio das Ostras, Armação dos Búzios e Carapebus. Adotando as premissas da Educação Ambiental crítica, o PEA Pescarte reconhece a capacidade dos sujeitos da ação educativa (SAE) que fazem parte do projeto — pescadores e pescadoras artesanais — de atuarem coletivamente e, assim, influenciarem nos rumos da mudança social pretendida: estimular este grupo e suas famílias a criarem formas alternativas produtivas, redes solidárias e sustentáveis, que objetivam alcançar autonomia financeira, política e níveis adequados de desenvolvimento humano. Neste contexto, é especialmente importante incentivar a participação política dos pescadores e a configuração deles enquanto um grupo de pressão na luta por suas demandas diante do Estado.

Estamos acostumados, mesmo aqueles de nós que se consideram mais participativos politicamente, a aguardar a apresentação, por parte dos candidatos, de propostas de governo. Infelizmente, boa parte da população brasileira, premida por necessidades básicas e imediatas, nem sempre se preocupa em conhecer ou analisar as propostas defendidas pelos candidatos. Menor ainda é a parcela da

⁵ O Pescarte está circunscrito no Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) e atua na Linha A – Organização comunitária — conforme determinam as diretrizes que compõem a NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA 001/10. O Pescarte é um projeto de Educação Ambiental estabelecido como condicionante de licenças ambientais concedidas pelo Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás, gerenciado pelo IBAMA e que tem por objetivo promover o fortalecimento da organização comunitária da classe pesqueira por meio da implementação de Projetos de Geração de Trabalho e Renda.

população que se antecipa nesse processo, apresentando suas demandas coletivas aos concorrentes nos pleitos políticos.

Consideramos um avanço a iniciativa verificada entre segmentos populacionais vinculados à pesca artesanal em municípios do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas que, após uma série de reuniões realizadas virtualmente, apontaram necessidades elencadas em cartas abertas de compromisso, que foram encaminhadas aos candidatos a cargos de vereança e do executivo nos municípios.

As metodologias para elaboração deste trabalho foram a análise de documentos e a observação participante efetuada pelas autoras, que permitiram apresentar, discutir e analisar o processo de escolha dessas demandas prioritárias, situar as circunstâncias nas quais foram elencadas, os objetivos presumidos pelos participantes e os resultados alcançados. Como resultado, observamos o protagonismo coletivo dos pescadores na busca da configuração de um grupo de pressão importante na conformação de políticas públicas mais efetivas e específicas a suas necessidades, pautadas pelos princípios de uma democracia mais participativa e da soberania popular.

Este artigo está dividido em quatro seções: na primeira parte, trataremos dos desafios da participação, o que passa pela construção de uma nova e ampliada gramática e prática democrática; na segunda, apresentaremos de forma mais ampla o projeto Pescarte e a metodologia participativa construída nos projetos de Educação Ambiental; na terceira seção, faremos a descrição do processo que culminou com a entrega das cartas e a exigência de comprometimento dos candidatos, uma vez eleitos, em defender essas demandas e se engajarem na sua efetivação; e, por fim, apresentaremos um breve panorama das conquistas verificadas ao longo desse processo.

Desafios da construção de uma democracia participativa

Os desafios deste projeto de Educação Ambiental estão atrelados à construção de um novo modelo de organização social que passe pela reconstrução da percepção de coletividade, de emancipação social e pela importância da participação. Tais desafios, preeminentes na contemporaneidade, se referem não apenas ao setor da pesca artesanal como também a toda a sociedade. Como aponta Boaventura de Sousa Santos (2002), estamos falando da necessidade de uma transformação epistemológica e sociopolítica para a construção de uma democracia participativa, e, portanto, contra-hegemônica.

A concepção hegemônica de democracia liberal estabiliza suas tensões por um modelo que limita a participação cidadã, individual e coletiva, de forma que as demandas sociais não gerem contratempo a acumulação inerente ao sistema. Isto posto, a “ampliação do cânone democrático”, ou seja, a construção de um projeto mais participativo de democracia passa pela configuração de uma nova gramática política proveniente de uma ressignificação de práticas democráticas decorrentes do aumento da cidadania e pela inserção neste campo de atores sociais excluídos (SANTOS, 2002).

Sob a percepção de participação, há dinâmicas e disputas discursivas em sua constituição. Em um escopo democrático liberal, participação bem despida de um projeto coletivo, tendo um caráter individualista e privatista. Temos, nesse sentido, uma despolitização da participação com a negação de espaços institucionalizados, bem como o embate com questões mais amplas e estruturantes na sociedade, de transformação do *status quo* (DAGNINO, 2016).

A participação em seu sentido ampliado diz respeito à partilha efetiva do poder entre sociedade civil e Estado, requerendo uma perspectiva não apenas consultiva, mas sobretudo deliberativa (DAGNINO, 2002). Como expõe Gohn (2004), uma sociedade democrática só se faz possível com a participação dos indivíduos e grupos organizados, transformação importante que se dá a partir do plano micro. De acordo com Gohn (2004, p. 24):

É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social.

Dessa forma, Gohn (2004) aposta na força do território local, de vida e de experiência dos indivíduos na constituição de uma participação ampliada, pautada na importância de se construir poder na comunidade local. É a partir da organização dos indivíduos em prol de demandas coletivas que se constroem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política.

Nesse sentido, é essencial considerar uma participação que não seja amorfia, mas que leve em conta a experiência dos sujeitos, respeitando a cultura e a diversidade local, fugindo do pragmatismo e do engessamento. No caso do nosso estudo de caso com pescadores artesanais, sublinha-se o fato de a participação funcionar como um mecanismo de *empowerment* (empoderamento) por meio de reuniões e compartilhamento de demandas a serem deliberadas coletivamente como prioritárias para esse grupo. Nesses momentos, compõem-se diferentes perspectivas complementares (e não competitivas) na busca de uma construção coletiva de demandas, que, além do objetivo de interferir na agenda e na formulação de políticas públicas, articula-se na construção de uma identidade compartilhada.

Esse empoderamento por meio da participação ativa é especialmente importante para os pescadores artesanais diante das dificuldades às quais esse grupo está submetido, o que coloca em xeque seus espaços de vida, trabalho e existência. Claramente, para este grupo, há poucas possibilidades de participar e influenciar as ações públicas que de alguma forma lhes dizem respeito. As reuniões que antecederam as eleições municipais tiveram o potencial de

promover uma nova cultura pautada na democratização dos processos de decisão de pautas e demandas coletivas.

Desse modo, a Educação Ambiental crítica abre espaço para práticas participativas e emancipatórias, uma vez que propõe uma formação voltada para a criticidade e a reflexão sobre a realidade e os processos estabelecidos. Como relata Loureiro, a Educação Ambiental precisa apontar para os processos sociais e políticos e ser considerada (2012, p. 28):

[...] como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalista e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade.

Trata-se, portanto, das transformações dos sujeitos, de seu potencial emancipatório. Sobre esta perspectiva da Educação Ambiental, como mencionam Lima, Torres e Rebouças (2022, p. 122):

Nesses contextos, ela pode semear o avanço da cultura política, permitindo que a população adquira conhecimento de seus direitos de cidadão e que os instrumentalize para ação política numa democracia; que entenda o sentido da representação política e do voto; que lhes permita identificar seus aliados e adversários políticos; que capacite os indivíduos para a educação e para o trabalho decente; e que, superada a linha da pobreza e da fome, possa valorizar a natureza, que nos acolhe e da qual dependemos para existir.

Com isso, destacamos o potencial da Educação Ambiental crítica para a configuração do protagonismo coletivo dos pescadores artesanais como afetados fortemente pelas desigualdades ambientais, decorrentes dos processos de acumulação capitalista. Há que se pontuar que este processo, para ser completo, passa não apenas pela deliberação de demandas, mas sobretudo pela reivindicação e luta por direitos, parte deles negados historicamente a esse grupo. O contrário disto é a despolitização do sentido de participação social mais plena e efetiva.

A construção de uma metodologia participativa em projetos de Educação Ambiental: a trajetória do PEA PESCARTE

Verifica-se na atuação do PEA Pescarte o desenvolvimento de processos formativos permanentes na perspectiva da disseminação de conteúdo, habilidades, competências que afetem positivamente comportamentos referenciados nos princípios da economia solidária. Neste contexto, se busca almejar a construção de autonomias e do pleno desenvolvimento da cidadania, em especial no que tange à participação dos pescadores em processos que têm

na democracia popular participativa seu horizonte de desejo e um de seus pilares de sustentação.

Assim sendo, a atuação da equipe técnica vem se dando no sentido de capacitar esses pescadores permanentemente para a apropriação de conteúdos e para a mobilização e disseminação destes entre o segmento social envolvido com a cadeia produtiva da pesca artesanal nos municípios que compõem a área de atuação do projeto de Educação Ambiental. Busca-se o engajamento, a construção e o compartilhamento de processos dialógicos de conhecimentos não formais e continuados visando tornar não só a equipe técnica, mas, principalmente, os integrantes das comunidades afetadas pelos impactos negativos da múltipla ocupação dos territórios pesqueiros cada vez mais sujeitos de sua própria ação educativa.

A primeira fase do PEA Pescarte (2014 a 2016) consistiu em um período de diagnóstico, no qual foi realizado o Censo Pesqueiro em 32 comunidades circunscritas em sete dos municípios supracitados que perfazem a área de abrangência do referido projeto. Ademais, foram desenvolvidas reuniões com as lideranças comunitárias em diversos formatos intencionando mobilizar o segmento pesqueiro artesanal em torno da necessidade de se organizarem para propor projetos de geração de trabalho e renda que contribuissem para sua autonomia econômica. Ao final da primeira fase de execução, foram eleitos sete Grupos Gestores (um por município) que continham até 20 representantes da classe pesqueira e que se (co)responsabilizaram pela realização de visitas e discussão de experiências exitosas na área de produção (aquicultura e maricultura), no beneficiamento e armazenagem do pescado e ainda na comercialização de produtos daí oriundos.

A segunda fase do PEA objetivou o fortalecimento dos vínculos existentes entre os(as) pescadores(as) artesanais e seus familiares e o aprofundamento da assimilação de princípios da economia solidária, do cooperativismo e das diversas iniciativas associativas bem-sucedidas na produção, no beneficiamento e na comercialização do pescado. Nesse período, as ações com os grupos eleitos foram intensificadas, e as discussões começaram a se correlacionar com a escolha dos projetos de geração de trabalho e renda que seriam implementados nos municípios.

Desde a primeira fase, o planejamento das atividades prevê o uso de metodologias participativas pautadas nos princípios da educação popular, com ênfase na vertente freiriana (FREIRE, 1967; 1987). As práticas efetivadas por projetos de Educação Ambiental que tomam como base os pressupostos da vertente crítica estabeleceram-se entre nós como novidades assim como o licenciamento ambiental que, historicamente falando, se estruturou muito recentemente a partir da criação do IBAMA em 1989. De lá para cá, vários foram os avanços verificados com destaque para a expertise adquirida pelas equipes técnicas e também pelas universidades e consultorias, que dia a dia acumulam vivências e conhecimentos teóricos e práticos ao longo de sua atuação. No entanto, são ainda inúmeros os desafios a serem enfrentados na execução dessa política pública. A título de exemplo, destacamos a necessidade de problematizar

o conceito de participação e, fundamentados nisso, rever e ampliar as práticas educativas e, consequentemente, incidir com mais eficácia e eficiência na implementação do rol de direitos que compõe a cidadania.

As metodologias participativas surgiram na década de 1970 a partir das intervenções de Organizações não Governamentais (ONGs) europeias em países dos continentes africano e asiático, principalmente, com o uso da técnica do diagnóstico rápido participativo (DRP). No Brasil, a utilização das metodologias participativas tem suas origens nas experiências da ação católica especializada, que, inspiradas pela doutrina social da Igreja, foram se expandindo mais fortemente desde a década de 1960, sendo, a seguir, fortalecidas pela educação e cultura popular efetivadas por Paulo Freire. Suas práticas, desde então, passaram a ser conduzidas e desenvolvidas visando à alfabetização de jovens e adultos por meio de método inovador e fortemente calcado na leitura e na problematização do mundo e da realidade de vida do educando. Daí em diante, teve também início o desenvolvimento e a utilização das metodologias participativas em programas e projetos de desenvolvimento como instrumento de pesquisa-ação no campo socioambiental e na assessoria a movimentos sociais (PEREIRA, 2001).

Ressalte-se também a conjuntura sociopolítica, marcada por fortes crises sanitária, ambiental e econômico-produtiva num contexto de paralisia e incapacidade de governança em nível do Executivo federal, e a escalada do desemprego, da violência e do cerceamento de direitos, que atinge fortemente as parcelas mais vulneráveis da população. Entre esses setores, encontra-se o segmento pesqueiro artesanal, comunidades tradicionais que têm seus territórios desrespeitados e seus direitos negados, demandando-nos forte atenção e a retomada de ações de base, tais como as propostas nos conteúdos formativos previstos para a atual fase do projeto.

Cooperativismo, economia solidária, formação política e econômica do Brasil, populações tradicionais e conflitos socioambientais, políticas públicas, direitos sociais, licenciamento e gestão ambiental pública, entre outros, são temas extremamente relevantes e que estão previstos para serem tratados com os pescadores em profundidade pela equipe técnica. Tais temáticas poderão ser apropriadas em seus conteúdos, princípios e valores, e se desdobrarão na adoção de comportamentos compatíveis, necessários e esperados para as práticas cotidianas nos âmbitos público e privado dos sujeitos da ação educativa e, em especial, para o pleno êxito dos empreendimentos de geração de trabalho e renda.

Hoje, mais do que nunca, se faz necessário rever as estratégias adotadas por projetos e instituições que visam à promoção humana dentro de uma perspectiva libertadora, na qual os comunitários tornam-se sujeitos de suas próprias ações. Devemos nos perguntar: O que é a participação? Existem diferentes níveis de participação? Se sim, qual é o nível que queremos/necessitamos alcançar? Acreditamos que o debate em torno destas questões pode vir a ampliar a efetividade e a eficácia dos projetos, em especial aqueles vinculados ao licenciamento ambiental.

Aprimorar os processos educativos dialógicos não formais que propiciem a troca, o compartilhamento e a experimentação de saberes buscando sempre qualificar a formação, informação e capacitação da equipe técnica e a inserção/atuação desta na (re)produção/multiplicação de conteúdo, habilidades e competências junto à comunidade é também uma forma de ampliar e fortalecer a organização social do segmento frente ao qual se deseja atuar.

Carregada de polissemia, participação é uma “palavra-chave” que vem ocupando espaço crescente no cotidiano das pessoas. No entanto, como categoria, ela tem perdido capacidade explicativa, restando, pois, a necessidade de qualificar o sentido dado a esta ideia — que já conta com algumas décadas de produção e debate acadêmico. Seja como em Arnstein (2002), que define a participação cidadã como sinônimo de poder real do cidadão para influenciar os resultados do processo; seja como em Bordenave (1983), por quem a participação social é vista como um processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada, consideramos que ela oferece muitas vantagens. Entre estas, destacam-se o crescimento e o aprimoramento da consciência crítica, da capacidade de reivindicação, de aquisição de mais poder por parte de segmentos populacionais engajados e militantes e do acúmulo de experiências no processo. Tais ações exigem cada vez mais a ampliação do seu comprometimento: quanto mais se participa, mais se deseja participar.

O mesmo ocorre com o termo “sujeitos da ação educativa”, amplamente utilizado em várias áreas do conhecimento, com significados múltiplos. Para fins de delimitação de seu conteúdo, quando utilizamos esse termo, direcionamo-nos às aquelas pessoas que são alvo das ações e metas previstas no plano de trabalho do PEA Pescarte; reconhecemos também nelas a centralidade e o protagonismo que devem assumir nesse processo. Não se deve desconsiderar a própria equipe técnica como sujeitos que conquistam gradativamente mais conhecimento e autonomia ao aprender, a fim de ensinar — tanto mais internalizando os conteúdos à medida que se prepara para (re)produzi-los e disseminá-los.

Tal como pressuposto por Touraine (2006), consideramos que a subjetividade do ser humano é constituída por um movimento duplo, ou seja: em cada pessoa convivem, em um processo de constante alternância e (co)dependência, a noção liberal de indivíduo (histórico e coletivizado, portador de uma série de direitos, moldado pelos padrões sociais e motivado racionalmente por interesse próprio ao agir, buscando sempre maximizar seus ganhos) e a noção de sujeito — singularizado por sua experiência real que se insurge contra a massificação e os enquadramentos impostos pela sociedade e se faz combatente, engajado e crítico em seu permanente ato de construir a história.

Os sujeitos da ação educativa presumidos pelo PEA (equipe técnica e segmento pesqueiro artesanal), e que também são parte do conteúdo a ser analisado, rebelam-se contra as situações que os oprimem e buscam transformar a realidade, de modo a (re)distribuir de forma mais equitativa os custos e benefícios gerados no processo de exploração dos recursos naturais finitos de petróleo e gás. Nesse processo, tomam contato com novos conhecimentos

teóricos e práticos e se mobilizam para atuar frente aos problemas. Tal como afirma Touraine, a explicitação e o reconhecimento dos conflitos e das contradições inerentes ao sistema sociopolítico e econômico vigente são fundamentais para despertar nesses sujeitos o engajamento na construção coletiva de modos de vida, trabalho e convívio alternativos, orientados por princípios de cooperação e solidariedade.

Nesse sentido, a participação em projetos de Educação Ambiental pode ser vista como um elemento de “desacomodação” dos indivíduos, que, incitados a analisar mais profunda e detalhadamente as razões e circunstâncias que marcam a situação opressora à qual encontram-se submetidos, se veem desafiados a atuar na promoção de mudanças dessa realidade.

Os conteúdos previstos para o processo de formação continuada, em especial aqueles não técnicos, e sim voltados para a prática da cidadania, são imprescindíveis para fomentar o processo de formação de consciência crítica e de reconhecimento dos conflitos que os envolvem, despertando-lhes o desejo de superação da realidade de injustiça socioambiental. Para viabilizar esta perspectiva, faz-se necessário um planejamento que considere a utilização de metodologias que possibilitem a participação e o envolvimento das pessoas em “[...] um processo educativo eminentemente político que visa ao desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais” consoante a definição da vertente de Educação Ambiental crítica, tal como proposto por Layrargues (2002, p. 35). Ademais, outro pressuposto fundamental a ser considerado é o de que a organização dos processos de ensino e aprendizagem no âmbito do licenciamento e da gestão ambiental deve ser construída com os sujeitos nele envolvidos, para que haja, de fato, controle social sobre decisões (QUINTAS, 2002).

Justifica-se, portanto, o uso de metodologias pautadas no diálogo, no respeito e compartilhamento de saberes, na horizontalidade das relações e no protagonismo dos participantes como sendo algumas das bases de um processo objetivando transformar indivíduos em cidadãos cada vez mais conscientes do lugar que ocupam no mundo. A partir dessa tomada de consciência, aprofundar cada vez mais seu engajamento em ações que buscam a transformação da realidade injusta à qual encontram-se submetidos (FREIRE, 1967; 1987).

Eleições e Pesca Artesanal: a construção coletiva de demandas prioritárias

O processo de articulação para elaboração de cartas destinadas aos candidatos das eleições municipais circunscritos na área de atuação do PEA Pescarte surgiu como alternativa para manter os pescadores e pescadoras mobilizados em torno das atividades do projeto — além de manter o grau de envolvimento entre as comunidades. As reuniões ocorreram principalmente com as lideranças eleitas para compor o Grupo Gestor (GG 1^a Fase do PEA) e o Grupo de Acompanhamento de Obras (GAO 2^a Fase do PEA). Os atores responsáveis pela mobilização dos sujeitos da ação e condução das atividades foram os(as)

voluntários(as) da equipe técnica do Projeto; parte significativa deles(as) tinha vínculo direto com as comunidades tradicionais, seja por relação de parentesco, seja por exercício da atividade da pesca.

Embora todos os municípios tenham sido convidados a participar de tal processo, houve diferentes níveis de engajamento. A metodologia consistiu na realização de uma reunião geral com todos os municípios para apresentação da proposta de ação; de reuniões municipais para levantamento das demandas comunitárias – em alguns municípios, foram realizadas diversas reuniões, tendo em vista o quantitativo de comunidades e a disponibilidade de tempo dos sujeitos da ação educativa —; e da devolutiva das demandas para plenária e apresentação das cartas para os(as) candidatos(as). Vale salientar que esse processo ocorreu em um período no qual os(as) voluntários(as) estavam há cerca de um ano desempregados e atuando sem remuneração impactando diretamente a realização das atividades.

Visto isso, seis dos municípios conseguiram elencar as demandas prioritárias de suas comunidades: Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, Cabo Frio, Macaé, Quissamã e São João da Barra. No município de Arraial do Cabo, houve participação de apenas uma pescadora e, com isso, foi deliberada a não feitura da carta. Em São João da Barra, foi feito o levantamento das demandas, mas, os(as) pescadores(as) envolvidos(as) no processo acordaram realizar um protesto com o não encaminhamento do documento, tendo em vista a morosidade quanto ao retorno das atividades do Pescarte.

Os municípios de São Francisco de Itabapoana e Cabo Frio tiveram as participações mais expressivas durante as reuniões de levantamento de demandas, as quais ocorreram em formato de “Pauta Aberta”, no qual os participantes relatavam as principais dificuldades vivenciadas nas comunidades; a partir disso, foram propostas formas de atuação. Em contraponto, nos municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã, a participação foi reduzida — questão que pode ser atribuída, entre outras razões, à dificuldade quanto ao acesso a plataformas digitais, como o Google Meet.

Em alguns municípios, foi necessária maior intervenção dos voluntários para o surgimento das questões, enquanto, em outros, as lideranças comunitárias exerciam o papel de condução. A fim de evitar que determinadas propostas comuns entre os municípios deixassem de compor alguma carta, foi realizada uma plenária, na qual representantes das comunidades apresentaram aos demais grupos os documentos elaborados por seus municípios.

Tendo em vista os encaminhamentos supracitados, os municípios de São Francisco de Itabapoana, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes finalizaram as cartas e propuseram a realização de reuniões virtuais com os candidatos. Os pescadores e pescadoras de Macaé também a concluíram, no entanto, optaram pelo envio do documento e pela solicitação de vídeo dos candidatos sinalizando o comprometimento deles quanto à execução das solicitações. A seguir, temos o quadro comparativo das demandas oriundas desse processo.

Tabela 1: Demandas encaminhadas pelos pescadores aos candidatos a eleições municipais

Demandas elencadas	Cabo Frio	Macaé	Quissamã	Campos dos Goytacazes	São João da Barra	São Francisco de Itabapoana
Ações de visibilidade e participação política	•	•			•	•
Políticas públicas – educação e capacitação	•	•	•	•	•	•
Políticas públicas – saúde		•	•	•		•
Políticas públicas – cultura/turismo	•				•	
Políticas públicas – trabalho e renda	•	•			•	•
Política ambiental	•	•	•	•	•	•
Fortalecimento da cadeia da pesca e de combate à insegurança alimentar	•				•	
Infraestrutura das áreas de trabalho	•	•		•	•	•
Infraestrutura urbana	•			•		•
Políticas de segurança à atividade da pesca			•			•
Esporte	•	•				

Fonte: Autoria própria

Numa leitura primeira, percebe-se que as demandas mais presentes e de maior preocupação dos pescadores manifestadas nas cartas estão na área de educação e capacitação — situações que afetam diretamente a vida desses(as) trabalhadores(as) da pesca e suas famílias. Tais áreas são seguidas pelas de infraestrutura, de trabalho e renda, de participação política e de saúde. Portanto, são campos vitais que precisam ser assistidos pelas políticas públicas. Os demais temas receberam um menor número de demandas, ainda que estes sejam bastante significativos.

Os municípios de Cabo Frio, Macaé, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana apresentaram demandas mais propositivas para a criação de canais de participação política na gestão pública. Entre elas, os pescadores de Cabo Frio propuseram a implementação de uma secretaria e conselho de pesca. O município de São João da Barra citou como uma de suas reivindicações a necessidade de implementação e consolidação do Conselho Municipal de Pesca, bem como um maior apoio da Secretaria de Pesca na solução de problemas a longo prazo, e não apenas nos casos emergenciais diários.

Os pescadores de São Francisco de Itabapoana foram os mais propositivos nas ações de maior visibilidade e participação política. Entre suas demandas elencadas na carta foram apontadas: a criação e execução de um projeto de lei que auxilie os pescadores com recursos para a manutenção de embarcações e compra de petrechos de pesca; a criação de um Fundo de Investimento e

Desenvolvimento da atividade da pesca com destinação de 1% de toda a arrecadação municipal para a manutenção do Fundo; manutenção da Secretaria de Pesca e Aquicultura e instalação do Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura. Os pescadores desse município expuseram, em sua carta aos candidatos, a necessidade de comprometimento deles para que se mantenham abertos ao diálogo visando resolver, coletivamente, as demandas da classe, especialmente por meio de canais institucionalizados.

É interessante observar que os quatro municípios deixaram registrada a importância de sua participação dentro da gestão pública, apontando mecanismos como a criação de uma secretaria própria da pesca, a criação de conselhos, de audiências públicas e de diálogo com a Câmara de Vereadores. Temos, nesse sentido, um entendimento da importância de que se configure, enquanto classe pesqueira, um grupo de pressão sobre a agenda pública por meio da ocupação — em alguns municípios, a criação — dos espaços institucionalizados. Esse é um indicativo importante sobre a ação dos projetos de Educação Ambiental como instrumento de mobilização e de capacitação desses sujeitos para o fortalecimento de sua cidadania, mais participativa e vigilante.

Importante destacar que todos os municípios apresentaram em suas cartas solicitações na área educacional. Os pescadores de Quissamã alegaram a necessidade de uma creche na comunidade da Barra do Furado e o aumento de vagas escolares e de transporte escolar. Em Campos dos Goytacazes, foi demandada a consolidação e a ampliação da Escola Aquícola da UENF.

São João da Barra requereu em carta a implantação de uma Unidade Escola de Produção Aquícola municipal, desenvolvida a partir do modelo criado pela UENF — pautado pelos princípios da educação popular.

Os pescadores de São Francisco sinalizaram a instalação de uma creche e a reforma na Escola Edson Pereira Bento na localidade de Lagoa Feia. Além disso, elencaram a necessidade de formulação e execução de um projeto de alfabetização e capacitação voltado para as comunidades pesqueiras. Faz-se relevante observar que, enquanto grupo, tais municípios destacaram solicitações específicas na área educacional ligadas às necessidades dos pescadores, indo desde a capacitação até as mais prementes, como um programa de alfabetização.

São Francisco é um município de altas taxas de vulnerabilidade social. Especificamente na educação, ocupa a quinta posição entre os seis municípios na Microrregião no Norte Fluminense e 84º entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Destaca-se que o pleito pela escola foi bem demarcado — atender às demandas das comunidades pesqueiras, o que pode ser lido como um indício de um distanciamento entre a proposta da escola regular e a realidade dos pescadores. O desafio agora é basilar para a Educação de Jovens e Adultos (EJA): atender aqueles que procuram a escola, porque não tiveram acesso a ela no momento mais adequado ou foram obrigados a desistir, mas reconhecem sua importância como passaporte para a sociedade.

O que nos chama a atenção, em particular, nas cartas dos pescadores de Cabo Frio, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana são as demandas

para a formação profissional, apontando ainda para a importância de um ordenamento pesqueiro inclusivo que valorize os saberes dos pescadores (manejo tradicional). Em São João da Barra foi solicitada a implantação de uma Unidade Escola de Produção Aquícola Municipal, com base no modelo criado pela UENF. Os pescadores de São Francisco de Itabapoana apontaram como demanda a formulação e execução de um projeto de alfabetização e capacitação para as comunidades pesqueiras. Tal aspecto sinaliza para a necessidade de outras propostas para a educação nestas comunidades, no sentido de maior articulação e diálogo entre o “saber científico e o saber popular”, em que os princípios da educação popular estejam presentes.

Todos os municípios registraram em suas cartas a necessidade de ações na área ambiental, especialmente de drenagem e limpeza dos canais. Em Cabo Frio, foi levantada a questão da proteção dos manguezais. É relevante destacar o sentimento do global e do quanto a pesca artesanal pode contribuir para a preservação ambiental, o que se evidencia nas discussões travadas em Cabo Frio a respeito de organismos internacionais e ações globais para a preservação dos ecossistemas. Também chamaram a atenção para a necessidade do descarte adequado de vísceras, utilizando para isso um contêiner frigorífico.

Campos dos Goytacazes apresentou a preocupação com o assoreamento do rio Paraíba do Sul, aspecto recorrente, principalmente na região de Coroa Grande. Em São João da Barra, foi apontado que o território vem sofrendo há mais de dez anos impactos significativos nas lagoas, rios e mar, em função da construção do Porto do Açu. Neste caso, foi apresentada a preocupação com a captação de recursos visando à drenagem e à manutenção dos canais e a proposta para a implantação de um sistema integrado para a coleta de restos de pescado, com formalização de acordos pautados pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos, no sentido da correta destinação de resíduos gerados pelas comunidades de diferentes localidades em torno das lagoas.

Na área da saúde, os pescadores dos municípios de Macaé, Quissamã e Campos dos Goytacazes elencaram a necessidade de políticas e programas voltados para o atendimento das demandas específicas desses trabalhadores e de suas famílias, especialmente para as da área da saúde provenientes das atividades de trabalho. Já o município de São Francisco expôs a necessidade de provimento de ambulância em postos de saúde que atendam suas comunidades (Morro do Bode e Lagoa Feia). É sensível nesses pleitos um sentimento arraigado de comunidade e a busca por visibilidade e reconhecimento enquanto membros de uma comunidade tradicional.

Solicitações na área de cultura e turismo foram expostas apenas pelo município de Cabo Frio. Foi requerida atenção às políticas de incentivo ao artesanato local e tradicional decorrentes da cultura da pesca; à criação do Museu da Pesca; e ao incentivo ao turismo de base comunitária. Cabo Frio, na Região dos Lagos, tem vocação forte para o turismo, recebendo milhares de pessoas anualmente.

Os pescadores de Cabo Frio, Macaé, São João da Barra e São Francisco explicitaram em suas cartas a espera por comprometimento dos candidatos com políticas de trabalho e renda voltadas para o setor. Cabo Frio, São João da Barra e São Francisco apontaram a necessidade de destinação de áreas para projetos de beneficiamento; e apoio a programas de economia solidária. Em Macaé, elencaram-se ações de subsídio para óleo e gelo.

O quesito geração de trabalho e renda perpassa por projetos que muitas vezes demandam cessão ou doação de espaços, como registrado na carta de Cabo Frio. Na carta dos pescadores de Campos dos Goytacazes, há esse pleito de cessão e adequação de terreno para a construção de uma Unidade de Beneficiamento no Terminal Pesqueiro em Farol de São Tomé.

Em São João da Barra, também há a expectativa de doação de um terreno para projetos como o da implantação de uma unidade de beneficiamento de pequeno porte em Chapéu de Sol (entre Atafona e Grussáí), em Água Preta e Alto Cordeiro e no 5º Distrito; e o projeto de geração de trabalho e renda abrigaria o trabalho do PEA Pescarte. Além desses, em São João da Barra, consta o pleito para a continuidade das obras para a instalação da estação de tratamento de resíduos da Cooperativa Arte Peixe, essencial para a regularização da Cooperativa pela vigilância sanitária.

A carta dos pescadores de São Francisco descreve a preocupação com a comercialização nos boxes do mercado municipal e com a criação de cooperativas e associações no sentido do fortalecimento da cadeia de pesca. Quanto à atenção com a segurança alimentar — problema que paradoxalmente ainda é encontrado em maior ou menor grau nas comunidades pesqueiras —, apenas dois municípios apresentaram demandas. Cabo Frio quer pleitear o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PPA e ao Programa de Alimentação Escolar – PNAE, enquanto São João da Barra requer a manutenção e o fortalecimento dessas políticas por meio do mercado municipal.

Essas medidas se completam com as demandas em relação ao saneamento e à infraestrutura. Na carta de Cabo Frio, constam requerimentos para quiosques e boxes — que auxiliariam na organização das praias do Peró, Canto do Forte e Pontal —, além de construção de píer, guincho e galpão para as embarcações em Tamoios. Em Macaé, os pedidos são mais concentrados na conservação dos espaços; na reconstrução da cobertura do terminal do Mercado dos Peixes; na melhoria da iluminação do próprio mercado; e no trecho do canal Campos-Macaé e Nova Holanda. A carta de Campos dos Goytacazes relata a necessidade de reformas no Porto, em Santa Cruz, e saneamento na mesma localidade, enquanto os pescadores de São Francisco de Itabapoana demandam a construção de um píer no canal Antônio Resende em Guaxindiba. Em relação à questão da segurança pública, apenas dois municípios apresentaram reivindicações. Macaé solicita a ampliação da segurança para o Mercado dos Peixes e a fiscalização das embarcações no canal Macaé-Campos, principalmente na altura de Augusto Braga, e no rio Macaé. E São Francisco pleiteia uma guarnição do Corpo de Bombeiros em parceria com o SAMU, além de um posto policial permanente na divisa com o Estado do Espírito Santo.

Após elencarem as demandas acima citadas, as cartas foram encaminhadas aos candidatos das eleições municipais, tendo ocorrido, em alguns municípios, reuniões particulares com aqueles que estiveram dispostos a se comprometer com os pescadores.

Nos encontros, os candidatos que participaram ouviram a sistematização das cartas desenvolvidas, bem como escutaram os relatos de alguns pescadores e pescadoras que expuseram suas demandas. Em suas falas, também ficou claro o abandono do Estado no que diz respeito às necessidades das comunidades pesqueiras.

As reuniões evidenciaram que todo esse movimento foi um importante catalisador para o reconhecimento desses sujeitos enquanto classe. Desta forma, eles puderam articular necessidades mútuas por meio de um processo de diálogo e participação na busca por romper sua invisibilidade diante do Estado, dentro de um contexto de Educação Ambiental crítica.

Conclusões

Como apontado anteriormente, a construção de demandas prioritárias pelos pescadores e pescadoras artesanais nas reuniões funcionou como um instrumento de aprendizagem coletiva, de gestão de conflitos e olhares alternativos. A reflexão compartilhada pelos diferentes atores tornou-se importante para um processo de identificação coletivo. Em nível metodológico, estimulou-se a participação e o engajamento de representantes do segmento pesqueiro artesanal nos municípios a atuarem propositiva e autonomamente diante dos candidatos concorrentes no pleito eleitoral de 2020. Tais ações são, a nosso ver, sinal do fortalecimento de tal segmento, que a cada dia amplia o exercício da cidadania e se torna pouco a pouco mais sujeito de sua própria ação educativa. Para o pleito eleitoral de 2024, já existe uma articulação desse grupo na continuidade das ações e de um novo comprometimento dos candidatos com as suas demandas.

Ademais, espera-se que a instalação dos empreendimentos de geração de trabalho e renda por eles escolhidos ao longo destes meses venha a consolidar o espírito e o comportamento participativo alterando de forma positiva as condições de vida e trabalho dos envolvidos em tais projetos. Contudo, para além disso, é essencial que o grupo se posicione na busca de políticas públicas que atendam às suas demandas, pois esta será uma luta constante.

Agradecimentos

Ao Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA e financiado pela Petrobras.

Referências

- ARNSTEIN, S.R. **Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para fortalecimento da participação** – PARTICIPE, Porto Alegre / Santa Cruz do Sul, vol. 2, n. 2, p 4 -13, jan. 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5122659/mod_resource/content/1/arnstein uma escada da participacao cidadã.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.
- BORDENAVE, J.D. **O que é participação?** São Paulo: Editora Brasiliense:1983.
- DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido crise discursiva. In: FEDOZZI, L.; CORRADI, R.S.; RANGEL, R.R. (orgs.). **Democracia participativa na América Latina: casos e contribuições para o debate**. Porto Alegre (RS). Secretaria Municipal da Cultura, 2016.
- FREIRE, P. **La educación como práctica de la libertad.** Ed Siglo XXI, México, DF, 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância** – organização, apresentação e notas Ana Maria Araújo Freire. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GOHN, M.G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e sociedade**, v. 13, p. 20-31, 2004.
- LAYRARGUES, P.P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando Educação Ambiental na gestão do meio ambiente.** 2^a ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.
- LIMA, G. F. C.; TORRES, M. B. R.; REBOUÇAS, J. P. P. A Educação Ambiental crítica brasileira frente às crises contemporâneas: desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 5, p. 117–131, 2022.
- LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2012.
- PEREIRA, J. R. Visões Mediadoras e papel dos DRPs na organização de assentamentos rurais. **Organizações rurais e agroindustriais**, Lavras, v. 4, n. 2, jul/dez. 2001 – 10p.
- QUINTAS, J. S. (Org) **Pensando e praticando Educação Ambiental na gestão do meio ambiente.** 2^a ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.
- SANTOS, B.S. et al. **Producir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de janeiro: Civilização brasileira, v. 3, 2002.
- TOURAINE, A. **EL sujeto – um nuevo paradigma para compreender el mundo de hoy.** Buenos Aires: Paidés, 2006.